

**PARA PREENCHIMENTO PELA ENTIDADE SOLICITANTE APÓS AUTORIZAÇÃO DE CEDÊNCIA DE  
INFORMAÇÃO SUJEITA A SEGREDO ESTATÍSTICO  
(LEI 22/2008 DE 13 DE MAIO)**

**COMPROMISSO DE SIGILO**

Nos termos da Lei 22/2008 de 13 de Maio, que estabelece os princípios, as normas e a estrutura do Sistema Estatístico Nacional, designadamente do disposto no nº 6 do artigo 6º e de acordo com o deliberado pela Secção Permanente do Segredo Estatístico, no âmbito da aprovação por procedimento escrito conforme 1ª Deliberação da Secção, a Agência Portuguesa do Ambiente, compromete-se a:

1. Guardar absoluto sigilo em relação aos dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística, relativos a informação estatística confidencial do INQUÉRITO ANUAL À PRODUÇÃO INDUSTRIAL, DE 2008 e 2009 (número de empresas, quantidades de produtos produzidos e quantidades de matérias-primas compradas, na máxima desagregação PRODCOM – 12 dígitos), das ESTATÍSTICAS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL 2008 e 2009 (quantidades importadas e exportadas, na máxima desagregação da Nomenclatura Combinada - 8 dígitos) e série de dados para o código de produtos 10510. xx.xx.xxx 2001 a 2007, usando-os exclusivamente para os fins mencionados no pedido enviado ao Instituto Nacional de Estatística.
2. Utilizar a informação disponibilizada apenas para análise de contexto no âmbito Protecção do Ambiente e na elaboração anual do inventário nacional de emissões e remoção de poluentes atmosféricos (INERPA, destinados a cumprir o acordo internacional estabelecido por Portugal, no quadro da Convenção das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (UNFCCC - *United Nations Framework Convention on Climate Change*) e do Protocolo de Quioto. Ou seja, as obrigações a nível das instâncias comunitárias: Directiva Tectos Nacionais de Emissão (Directiva 2001/81/CE) e Decisão do Conselho 2004/286/CE, relativa a um Mecanismo de vigilância das emissões comunitárias de gases com efeito de estufa.
3. Pôr em prática as medidas técnicas e organizativas adequadas para proteger a informação estatística disponibilizada, contra o acesso não autorizado, a difusão, a alteração, a destruição accidental ou ilícita, ou a perda accidental.
4. Efectuar a divulgação da informação de acordo com o mencionado no pedido aprovado, de uma forma que não permita qualquer identificação, directa ou indirecta, das unidades estatísticas de base.

5. Eliminar a informação estatística cedida, após utilização até 2025, de forma que garanta a impossibilidade de quaisquer acessos futuros por terceiros.
6. Enviar ao CSE o resultado do estudo ou trabalho desenvolvido a partir da informação estatística cedida.

Lisboa, .... de ... de 2011

---

Nome ( )

Cargo ( )